



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

## TCDF determina criação de sistema para monitorar execução de obras do GDF

GDF gastou R\$ 1,8 bilhão em obras públicas em 2023. O volume é 43% maior que em 2022. Ano passado, estiveram em curso 441 obras

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Governo do Distrito Federal (Segov/DF) apresente, em 60 dias, um plano de ação para criação de um sistema de monitoramento de obras públicas.

Segundo o Tribunal de Contas, o GDF deverá listar cada etapa das obras concluídas, daquelas que estão em andamento e das que serão iniciadas. O portal também deverá indicar o prazo de conclusão para cada atividade, a unidade responsável pelas ações e as datas de entrega de etapas intermediárias.

Para que o leitor tenha ideia do volume de recursos destinados para obras, em 2023 foram destinados R\$ 4,3 bilhões nesta ação – repre-

sentando 7,5% do orçamento total do GDF, que foi de R\$ 57,36 bilhões.

De acordo com a fiscalização do Tribunal de Contas, o atual sistema para acompanhamento das obras públicas, o InfObras, não apresenta com precisão as informações referentes ao andamento das obras e possui dados desatualizados.

O acompanhamento da gestão governamental pelo TCDF mostrou que a Segov/DF possui a relação da maior parte das obras realizadas pelo governo. O controle feito pela pasta permite verificar os órgãos responsáveis, o andamento da obra, a localidade e o eixo estruturante. Esse controle, no entanto, não apresenta dados referentes à execução orçamentária-financeira e não está acessível à população do DF.

“Apesar dessa gestão realizada pela Segov, ficou evidente a necessidade de aprimoramento do gerenciamento das informações relativas às obras públicas, visando a dar maior transparência e possibilitando melhores oportunidades de controle por parte da população do DF”, diz o voto do relator do processo, conselheiro André Clemente – que foi secretário de Economia por três anos, na gestão do atual governador, Ibaneis Rocha (MDB).

A Decisão n. 3911/2024, que determinou a criação do plano de ação, foi tomada pela Corte de Contas após acompanhamento técnico das obras públicas realizadas no Distrito Federal. Essa fiscalização servirá de subsídio para o Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo rela-



Obras de infraestrutura na QR 119 de Santa Maria estão entre as analisadas pelo Tribunal de Contas do DF

tivas ao exercício de 2023, disse a nota produzida pela Assessoria de Imprensa do Tribunal.

Em resposta à determinação do TCDF, o secretário de Governo do GDF, José Humberto Pires de Araújo, disse ontem à “Brasilianas” que já está em fase de implementação uma nova ferramenta, dentro do Sistema Gestão DF, que vai permitir a unificação e a padronização dos dados relativos à execução de obras públicas no DF.

“A Secretaria de Estado de Governo, sob minha responsabilidade, está finalizando esse trabalho em parceria com a Secretaria de Estado de Economia”, afirmou José Humberto.

### A maioria das obras foi concluída

Ao todo, o TCDF analisou a situação de 441 obras públicas no DF. Ao final do ano passado, 56,5% (249) das obras consta-

vam como concluídas, 39% (172) estavam em andamento e outras 4,5% (20) encontravam-se suspensas ou paralisadas.

A maior parte das obras do DF estavam concentradas no eixo de mobilidade urbana (207), seguidas por infraestrutura e urbanização (88). O Eixo Educação contava com 45 obras e o de Saúde com oito.

Essas áreas têm sido monitoradas com frequência pelo TCDF. Recentemente, o tribunal realizou auditoria nas Unidades Básicas de Saúde e promoveu o monitoramento da implementação do Plano Distrital de Educação Básica.

### Obras têm orçamento de R\$ 4,3 bilhões

De acordo com a fiscalização da Corte de Contas, no final de 2023 foram gastos R\$ 1,8 bilhão em obras públicas

no DF. Houve um crescimento de 43,7% (R\$ 546,8 milhões) em relação a 2022.

As despesas consideram os recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de Investimento e do Fundo Constitucional do DF (FCDF). No total, a despesa autorizada no orçamento era de 4,3 bilhões. O gasto no ano (R\$ 1,8 bi) correspondeu a 41,9% do montante.

Segundo o monitoramento do TCDF, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) foi a unidade que mais gastou em obras públicas, com R\$ 355,7 milhões ou 19,8% do total empregado.

O TCDF revelou ainda que, em dezembro de 2023, o Departamento de Estradas de Rodagens (DER/DF) era responsável por 147 obras públicas no DF (33,3%), das quais, 87,8% haviam sido concluídas, 9,5% estavam em andamento normal e 2,7% estavam paralisadas ou suspensas.

A Novacap estava gerindo 53 obras (12,0%) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) outras 42 (9,5%).

## Sistema Fecomércio-DF inaugura Centro Administrativo

A inauguração do novo Centro Administrativo do Sistema Fecomércio-DF, batizado com o nome do atual presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entra para a história como um legado de dois importantes dirigentes e empresários brasileiros.

De um lado, José Aparecido Freire, que em pouco mais de três anos de mandato acumula uma série de feitos inéditos à frente da Federação, seu instituto e braços sociais – Sesc-DF e Senac-DF. De outro, José Roberto Tadros, que ao longo de seis anos fortaleceu o Sistema Comércio e colocou o setor terciário no centro das discussões sobre o desenvolvimento do país.

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, representou o governador Ibaneis Rocha, que está em missão no exterior. Em seu discurso, Celina exaltou as trajetórias de Aparecido e Tadros. “Ambos são responsáveis por grandes entregas para a população da cidade, e a construção de uma sede definitiva com o nome do presidente Tadros é um legado marcante, pois eterniza a contribuição desse homem para Brasília”, afirmou.

Atualmente, a CNC conta com quatro grandes obras em andamento no DF.

Aparecido, por sua vez, lembrou de uma das promessas feitas ao assumir a gestão do Sesc-DF e do Senac-DF, em 26 de agosto de



O presidente da Fecomercio-DF, José Aparecido, cumprimenta Celina Leão e José Roberto Tadros

2021. “Prometi ao presidente Tadros que, em seis anos, todas as unidades deixariam imóveis alugados. Acredito, no entanto, que até o fim de 2025 consigamos atingir este objetivo. Além disso, seguimos com o planejamento de reforma de todas as uni-

dades e expansão do Sistema Fecomércio-DF para regiões ainda não atendidas. Tudo isso é resultado de uma gestão pautada em princípios empresariais sólidos, da mesma forma que conduzimos nossas próprias empresas”, afirmou.

## Livro sobre Improbidade Administrativa será lançado

No dia 5 de novembro, a Livraria Leitura, localizada no Terraço Shopping, será palco do lançamento do livro “Teses Defensivas: Improbidade Administrativa”, escrito pelo advogado Diogo Esteves Pereira, ex-subprocurador do município de Araguaína (TO). A obra, publicada pela Editora JusPodivm, é a primeira da coleção “Teses Defensivas” e conta com um prefácio do Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Arnaldo Esteves Lima. Com uma abordagem clara e objetiva, o livro se torna uma ferramenta indispensável para estudantes e profissionais do Direito, além de servir como guia prático para servidores públicos e empresas que atuam na esfera pública.

Divulgação/Tática Comunicação



O advogado Diogo Esteves Pereira, autor do livro

O livro apresenta de forma clara e objetiva as principais teses jurídicas para a defesa em processos de improbidade administrativa. Com base em uma profunda análise da legislação, da jurisprudência e da doutrina, a obra aborda as principais alterações trazidas pela Lei 14.230/2021 e apresenta diversas decisões de tribunais superiores e regionais, inclusive da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

# PL incentiva produção de bebidas

Intenção é impulsionar produção especialmente de cervejas, que gera 3% do PIB do país

Por Thamiris de Azevedo

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) aprovou em plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), na terça-feira (29), o Projeto de Lei (PL) 1452/2020 que propõe política de incentivo ao desenvolvimento da produção de bebidas no Distrito Federal.

A proposta requer acesso à assistência técnica, extensão rural e incentivo fiscal para a produção de líquidos de origem vegetal, sem finalidade medicamentosa ou terapêutica.

O estudo preliminar do projeto foi realizado em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (Seagri).

“Conforme a Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva), em dez anos

o Brasil foi de 70 para 700 cervejarias, fora as que não possuem registro. Em 2018, por exemplo, cerca de 185 novas fábricas foram registradas, um crescimento de 35% no ramo”, afirma o documento.”

### Economia

O autor da proposta, deputado João Cardoso (Avante), ressalta a importância da aprovação do projeto nas próximas casas para alavancar a economia local.

“É imprescindível a aprovação deste projeto de lei, vistos os seus benefícios para a economia local, que se darão por meio da legalização da produção de bebidas, suprimindo a trava que as micro e pequenas indústrias enfrentam atualmente para fazer funcionar suas atividades”.

A indústria de cervejas, segundo dados do Projeto de



Indústria cervejeira movimenta a economia do DF

Lei, emprega no Brasil aproximadamente 3 milhões de pessoas, respondendo por quase 3% do PIB. Ainda, O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) contabilizou, em 2023, 679 micro cervejarias. O número é seis vezes maior em relação ao ano de 2007.

“Brasília não difere de outras partes do país, aqui também é notória a expansão da indústria de bebidas, sobretudo de cervejas artesanais, que conta com centenas de micro e pequenos produtores, a maioria sem registro devido a quase impossibilidade de regularizar seus produtos nos órgãos oficiais. Esse produtores disponibilizam para o consumo produtos de primeira qualidade, inclusive premiados em eventos competitivos dos quais participam”, aponta o documento.